

A PANDEMIA E O MEDO DE NÃO SABER O QUE COMER AMANHÃ¹

THE PANDEMIC AND THE FEAR OF NOT KNOWING WHAT TO EAT TOMORROW

Tamires Rodrigues Siqueira²

Renata Menasche³

Resumo: O panorama de insegurança alimentar, amplificado pela pandemia de Covid-19, tem como pano de fundo a expansão da pobreza e o contínuo desmonte de políticas públicas em curso no país nos últimos anos, em particular as associadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Contudo, apesar do quadro anterior de insegurança alimentar no país ser grave, em 2022, com o avanço da crise sanitária, foram cerca de 33 milhões as pessoas atingidas pela fome no Brasil. É nesse cenário que esta pesquisa se propôs a conduzir o olhar para um bairro popular da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, de modo a observar algumas das estratégias acionadas por seus moradores para lidar com a expansão da insegurança alimentar.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; Pandemia de Covid-19; Antropologia da alimentação.

Abstract: The panorama of food insecurity, amplified by the Covid-19 pandemic, has as its backdrop the expansion of poverty and the continuous dismantling of public policies

underway in the country in recent years, in particular those associated with Food and Nutrition Sovereignty and Security (SAN). However, despite the previous situation of food insecurity in the country being serious, in 2022, with the advance of the health crisis, around 33 million people were affected by hunger in Brazil. It is in this scenario that this research aimed to conduct a look at a popular neighborhood in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, in order to observe some of the strategies used by its residents to deal with the expansion of food insecurity.

Keywords: Food insecurity; Covid-19 pandemic; Food anthropology.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde emitiu o primeiro alerta de doença identificada na cidade de Wuhan, China, e meses depois, em março de 2020, decretou situação de pandemia, causada pelo SARS-CoV-2

¹ Cabe esclarecer que "o medo de não saber o que comer amanhã" foi frase escutada de uma das interlocutoras da pesquisa, a ser melhor contextualizada adiante, no artigo.

² Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC), através do qual desenvolve pesquisa com foco na insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19. E-mail: tamiressequeira08@gmail.com.

³ Doutora em Antropologia Social. Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC - <https://www.ufrgs.br/gepac/>). E-mail: renata.menasche@gmail.com.

(Covid-19). Após esse fato, o mundo inteiro parou frente ao medo generalizado de contágio, sobretudo diante do então crescente número de contaminados e mortos, além da pouca informação científica disponível na época.

Os efeitos da chegada da pandemia foram agravados, no Brasil, pela má administração da crise sanitária e pelo fato de a desaceleração econômica dificultar ainda mais a subsistência de grupos sociais desde antes vulneráveis. É preciso dizer que, ainda que a pandemia tenha aprofundado esse cenário, não o criou. No que se refere à alimentação adequada e saudável, direito básico conferido pela Constituição, mesmo antes da pandemia mostrava-se como uma realidade distante para parcela expressiva da população. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indicavam que, entre os anos de 2017 e 2018, 5% da população brasileira encontrava-se em situação de insegurança alimentar (InSAN) grave. Desse modo, o cenário pré-pandemia caracterizou-se pela volta da InSAN e pelo avanço no índice de desemprego e extrema pobreza, mazelas sociais que, no cenário brasileiro, haviam regredido no período anterior. Dessa maneira, frente à crise sanitária, o Brasil convive também com uma epidemia de fome. É o que demonstra a campanha Olhe para a Fome, realizada pela Rede PENSSAN nos anos de 2021 e 2022 (REDE PENSSAN, 2021; 2022) que indica que a fome tem raça, gênero e escolaridade. Nessa perspectiva, o primeiro inquérito revelou que, entre 2020 e 2021, 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres estavam em situação de insegurança alimentar grave, contra 7,7% dos lares chefiados

por homens. Além disso, a InSAN grave alcançava o percentual de 10,7% dos domicílios habitados por pessoas pretas e pardas, contra 7,5% dos domicílios habitados por pessoas brancas. Os dados de 2022 mostram-se ainda mais graves, pois a InSAN grave em domicílios chefiados por mulheres alcançou o índice de 19,3%, contra o percentual de 11,9% em lares chefiados por homens. O inquérito revelou, ainda, que cerca de 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem diariamente com restrição de alimentos.

Tais números nos colocam a refletir: alimentar-se demarca mais do que o ato de comer, pois a comida ou a falta dela evidenciam marcadores sociais e de poder. Afinal, como pontua uma das interlocutoras da pesquisa, o quadro de insegurança alimentar experienciado pelos grupos sociais em situação de vulnerabilidade durante a pandemia pode ser definido como "o medo de não saber o que comer amanhã", insegurança que joga nova perspectiva sobre o consumo e a dimensão simbólica que permeia a comida. Pensamos nessa dimensão através do que constantemente é apontado pelas interlocutoras da pesquisa. Comida de verdade, para elas, é tudo aquilo que é seguro e, portanto, não apenas alimenta, mas também protege suas famílias. Nesse sentido, trazemos presente a discussão proposta por Anelise Rizzolo (2020, p.3), de que comida segura é aquela produzida através de meios de produção sustentáveis, e inclui tanto aspectos socioantropológicos e culturais, quanto sua utilização biológica e seus respectivos riscos à saúde. Nessa discussão, entram noções importantes, como o ato de preparar a comida

e as práticas de comensalidade a ele intrínsecas. Entram também as escolhas de como, onde e o que passa a ser comprado. E, principalmente, do que passa a ser aceito à mesa e comida desde que teve início o cenário de pandemia.

METODOLOGIA

Em meados de 2020, em um contexto em que o isolamento social era a principal medida de proteção contra o alastramento da pandemia, pois ainda não havia previsão de quando a vacinação começaria, a partir da ideia de uma etnografia do cotidiano, pensamos no que passamos a denominar “etnografia de pijama”, associada a uma preocupação ética com as interlocutoras da pesquisa e a partir do problema de pesquisa delineado: “De que forma a pandemia tem interferido nos hábitos alimentares e na condição de insegurança alimentar?”.

A escolha de uma inserção a campo em espaço desde antes familiar à pesquisadora – o mercadinho perto de casa – mostrou-se viável para realização da pesquisa, compatível com a necessidade cotidiana de, de todo o modo, frequentar aquele espaço. Dada a proximidade da residência da pesquisadora que é a primeira autora deste artigo em relação ao espaço de realização deste estudo – aqui tratado genericamente como minimercado –, localizado em um dos bairros mais populosos da cidade gaúcha de Pelotas, o bairro Fragata, ela sempre o frequentou vestindo trajes de uso comum em casa, roupas casuais, muitas vezes pijamas. Daí “etnografia de pijama”, nome dado pela escolha de

permanecer usando os mesmos trajes casuais, como forma indicar a presença da pesquisadora em um espaço que, anteriormente à realização da pesquisa, já lhe era familiar e cotidiano, do mesmo modo que o era, para proprietária e clientes do mercadinho, sua presença ali.

O intuito inicial da etnografia consistia em buscar apreender que alimentos e com qual regularidade são comercializados no minimercado, de modo a ter elementos para verificar, naquele espaço específico, a ocorrência (ou não) de aumento da insegurança alimentar no contexto pandêmico. Contudo, aos poucos o foco da pesquisa foi sendo alterado, pois percebemos que, ainda que os proprietários do mercadinho possuíssem perspectiva interessante a respeito dos hábitos de consumo alimentar de seus clientes, eram também valiosas, para a reflexão proposta, as percepções e subjetividades dos/as consumidores/as. Foi assim que a pesquisa, que até então mantinha o foco no entendimento dos hábitos alimentares da clientela do minimercado a partir da visão da comerciante, foi expandida de modo a tomar mais efetivamente em conta a teia social que se desdobra a partir do mercadinho, buscando, desse modo, escutar as próprias pessoas que experienciam a insegurança alimentar.

A dinâmica de sociabilidade em que a etnografia realizada está inserida pode ser melhor entendida através da categoria *pedaço*, proposta e debatida por Magnani (1993) a partir de uma ordem espacial sobre a qual se estendem determinadas redes de relações e que configura um território

demarcado, a exemplo do mercadinho em que se realiza a pesquisa aqui apresentada.

Entretanto, para a inserção na categoria *pedaço* e, sobretudo, para que um dado território seja considerado como parte do pedaço, é necessário que esteja situado numa teia social que incorpora laços e relações sociais (MAGNANI, 1993; 2002) como é o caso da relação de vizinhança, por exemplo. É justamente a partir do pertencimento da pesquisadora àquele pedaço do bairro que a etnografia de pijama ganha forma, em um contexto em que é atenuado seu distanciamento em relação às interlocutoras. Trata-se de uma relação familiar, que borra as fronteiras entre estar dentro e fora de casa, entre o íntimo/privado e o público.

É essa familiaridade que permite à pesquisadora transitar de um espaço para outro vestindo – como já o fazia antes da pesquisa – pijamas, pois é a familiaridade que faz com que o mercadinho seja por ela experienciado como um espaço intermediário entre o público e o privado.

Foi explicitado às interlocutoras da pesquisa a possibilidade de que suas participações fossem mantidas em anonimato, mas elas optaram pela utilização de seus nomes reais. Entendemos que, mais do que um detalhe metodológico, isso denota a relação de confiança estabelecida durante o trabalho de campo, bem como na convivência anterior a ele (FONSECA, 2008). Ainda, se, por um lado, pertencer de antemão ao espaço em que o campo é realizado possibilitou solução de questões de ordem da biossegurança – dado que as idas ao local existiriam, de todo o modo, na dinâmica de abastecimento da família da

pesquisadora –, também exigiu dela que experimentasse esse espaço familiar a partir de um novo olhar. Isto é, colocou-se como fundamental o exercício metodológico de buscar tornar desconhecido o que é familiar (VELHO, 1987), experienciando aquele espaço não mais apenas como vizinha e consumidora, mas agora também como pesquisadora. Fez-se necessário o exercício de aguçar os sentidos, sobretudo o olhar e o ouvir (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), de modo a atentar às subjetividades presentes naquilo que é cotidiano.

Além disso, não foi aleatória a decisão de, nesta pesquisa, privilegiar a interlocução com mulheres, uma vez que há, entre elas, alta prevalência de insegurança alimentar e que são justamente as mulheres que “desempenham um papel crucial no sistema alimentar global como produtoras e trabalhadoras em plantações e usinas de processamento de alimentos” (OXFAM, 2020, p. 7). Ainda, recai sobre as mulheres não apenas as tarefas de comprar e cozinhar os alimentos, como também, geralmente, são elas as primeiras a reduzir suas porções nas refeições para que mais comida seja destinada aos demais membros da família (OXFAM, 2020). Não obstante, ainda que esta pesquisa tenha tido majoritariamente a contribuição de mulheres, o lugar masculino está tão bem assegurado em nossa sociedade que não seria necessário referir-me aos interlocutores – no masculino para contemplá-los.

Assim, inspirada no “uso genérico feminino” proposto pela antropóloga Débora Diniz (2012), priorizei seguir a metodologia da subversão e referir-me, no feminino, às interlocutoras da pesquisa. Desse modo, também enquanto

mulher e pesquisadora, escolho, nesta pesquisa, assegurar o espaço feminino. Reforçando a justificativa do privilegiamento da escolha de mulheres na interlocução desta pesquisa, vale também ter presente, como discutido por Menasche (2003), que vários são os estudos que, dedicando-se à análise de escolhas alimentares— a exemplo do trabalho de Lahlou (1998), destacam a noção de porteiro, explicando que:

(...) a entrada dos alimentos em um canal se efetua graças e sob controle de indivíduos que estão em interação com as pessoas que se alimentam. No caso da família, entendida como unidade de consumo, essa noção é associada à figura de esposa/mãe/dona-de-casa, sendo dona-de-casa aqui compreendida não como caracterização restrita às esposas/mães que não exercem atividade remunerada no mercado de trabalho, mas como papel social usualmente atribuído, em nossa sociedade, às mulheres, correspondendo aos estereótipos construídos a partir das relações sociais de gênero. (MENASCHE, 2003, p. 27-28).

Cabe, ainda neste item, apresentar brevemente as interlocutoras da pesquisa que serão trazidas à discussão.

- *Martha Pedroso*: tendo aproximadamente 40 anos, mudou-se há poucos anos para a casa onde mora com o marido e as duas filhas, sendo proprietária do minimercado onde se realizou o estudo.
- *Olivia das Graças*: aos 64 anos, é mãe de três filhos adultos, que já não moram na casa em que vive com o marido, sendo

que duas filhas permanecem compartilhando o mesmo terreno.

- *Joice Eleni*: tem 38 anos, é uma das filhas de Olivia. Trabalha como auxiliar de limpeza e é mãe de uma adolescente.
- *Thaís Herreira*: 25 anos e dona de um pequeno empreendimento de beleza, estabelecimento de onde provém sua renda. Atualmente estuda para tornar-se educadora física.
- *Maria Silva*: 62 anos. Mora com suas três filhas em uma residência própria.
- *Sandro Mesquita*: 30 anos, coordenador geral da Central Única das Favelas de Pelotas (CUFA). De acordo com ele, sua militância é em prol de uma sociedade mais digna e justa para todos e é isso que, em sua concepção, a CUFA representa, um espaço de cidadania.

RESULTADOS

Tendo presente o entendimento trazido por Schappo (2021), de que a segurança alimentar está associada ao acesso regular e satisfatório de alimentos em qualidade e em quantidade adequadas, sem que tal consumo comprometa outras necessidades essenciais – como moradia, educação e saúde –, a situação contrária caracteriza a insegurança alimentar, que pode abranger três graus: leve, moderado e grave.

Isso posto, vale atentar a categorias apontadas pelas interlocutoras da pesquisa: *raционamento*, *folguinha*, *segura-*

segura, fazer esticar, substituição. As categorias êmicas listadas dizem respeito a graus de insegurança alimentar e evocam dois marcadores importantes: a substituição e a falta, elementos que foram percebidos com frequência, referentes a estratégias usadas pelas interlocutoras para conter os efeitos da insegurança alimentar em seus lares.

Para Martha, proprietária do minimercado estudado, uma das principais mudanças percebidas nos hábitos de consumo de sua clientela, logo nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, foi o aumento na procura por marcas mais baratas de arroz e de feijão. Dois itens básicos e essenciais no prato do brasileiro, que tiveram aumento de preços da ordem de 40% em 2021 (IPCA, 2021). O encarecimento do arroz e do feijão foi acompanhado da elevação de quase 50% do preço do gás de cozinha (EXTRA, 2022). Na sequência da mudança constatada no consumo de arroz e feijão, foram observados, ainda segundo Martha, a redução na compra de carnes vermelhas e o aumento na compra de alimentos processados, como miojo e salgadinhos de pacote. Ela avalia que mais pessoas passaram a consumir esses itens industrializados por sua praticidade, mas principalmente pelo fácil acesso, decorrente de preços baixos.

A desaceleração econômica é identificada por Martha como causa da diminuição de clientes e, ainda, de quebra de relações sociais anteriormente estabelecidas pelo sistema de “vender fiado”. Com o avanço da pandemia e o agravamento do desemprego, os pedidos para “comprar e pagar depois” aumentaram, mas a inadimplência cresceu,

gerando prejuízo para o estabelecimento, daí as restrições ao costumeiro fiado. Em seu cotidiano e na interação com clientes e vizinhos, ela percebe não apenas as mudanças alimentares, mas o quadro mais amplo das inúmeras consequências sociais da pandemia, como o desemprego e as estratégias para a manutenção do sustento das famílias, seja pelo trabalho informal ou através de redes de solidariedade.

O minimercado de Martha, tal como muitos pequenos comércios estabelecidos ao redor do bairro, é gerenciado de forma familiar e oferta grande quantidade de produtos industrializados.

Para melhor refletir sobre essa questão, é vital levar em conta a noção de comida pontuada pelas interlocutoras e o espaço geográfico em que o minimercado está localizado. É isso que possibilita pensar a relação entre o acesso e o consumo das consumidoras que ali se abastecem.

A partir da observação realizada no minimercado, pode-se constatar que há um número considerável de interlocutoras em situação de trabalho informal, o que, especialmente no contexto de pandemia, interfere no poder de compra de alimentos que ofereçam alimentação adequada e saudável, uma vez esse consumo concorre com as demais despesas das famílias, como contas de luz e água. É assim que passam a ser consumidos em maior intensidade os miojos, as bolachinhas de pacote e os sucos de saquinhos, produtos muitas vezes vendidos a centavos.

As escolhas alimentares também são perpassadas espacialmente, visto que, apesar do bairro estudado ser considerado um dos maiores da cidade, o espaço específico

onde está concentrada a pesquisa conta, sobretudo, com minimercados familiares, espaços de acesso facilitado a produtos processados e quase nenhuma oferta de produtos *in natura*. Tal quadro pode ser relacionado aos chamados desertos alimentares, entendidos como espaços em que há pouca ou nenhuma oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, fazendo com que os moradores do entorno precisem se locomover para outras áreas para ter acesso a uma alimentação saudável (FORAPANI, 2019). Em contrapartida, geralmente espaços geográficos que apresentam pouca oferta de alimentos necessários para a manutenção de uma alimentação saudável possuem grande disponibilidade de alimentos ultraprocessados, como é o caso dos minimercados espalhados ao redor do bairro estudado. Desse modo, em áreas de baixo padrão socioeconômico, usualmente pode-se observar um quadro de escolha alimentar marcada por dificuldade de acesso.

DISCUSSÃO

O ato alimentar ultrapassa o ato biológico associado à sobrevivência, comum a todos os seres vivos, configurando uma série de códigos sociais e culturais, que muitas vezes passam despercebidos por serem intrínsecos a nosso comportamento, sendo que as influências cotidianas, ainda que não percebidas, constroem socialmente o padrão de gosto, sobretudo preferências e rejeições (PILLA, 2005).

De acordo com Bourdieu (1983), o paladar, assim como o padrão de consumo, pode ser entendido enquanto

expressão de classe social. Em sua análise sobre a construção social do gosto, é acionado o conceito por ele cunhado, *habitus*, definido como o conjunto de predisposições, aprendido e naturalizado inconscientemente, através não de um conjunto de regras explícitas e ditadas ao sujeito, mas através da imersão no grupo social ao qual ele é constantemente exposto e convive. Assim, o *habitus* predispõe gostos e escolhas, mas não determina ações. Esse comportamento é perceptível quando indivíduos que partilham o mesmo *habitus* possuem forte tendência de executar ações semelhantes.

Como quando adotamos comportamentos que nos parecem corretos e óbvios, que são reconhecidos por grupos semelhantes ao que pertencemos, ao mesmo tempo que nos destoam de outros grupos, com *habitus* distintos. Bourdieu (1983) aponta como exemplo a racionalidade econômica, argumentando que aquela partilhada por indivíduos da classe trabalhadora resultará em uma tendência de consumo orientada conforme a renda disponível.

No cenário de pandemia, a hierarquia de consumo tem se mostrado mais evidente, especialmente em grupos expostos à insegurança alimentar. Trazemos o exemplo das interlocutoras desta pesquisa e dos alimentos por elas priorizados. É possível apreender, em relação à alimentação, não apenas características associadas ao *habitus*, mas também as dimensões econômicas que o permeiam.

Nessa perspectiva, deve-se levar em conta o cenário político incerto no qual estão inseridas e as projeções desses cenários em seus cotidianos, na medida em que a pandemia

emergiu em um contexto de aprofundamento da precarização do trabalho e acabou por intensificar o índice de desemprego que já se encontrava alto, afetando ainda mais a parcela da população impactada pelo desmantelamento – em curso a partir de 2016, com o governo de Michel Temer; ampliado a partir de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro – das políticas públicas relativas à alimentação.

Com a crescente dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, cada vez mais brasileiros/as têm aderido ao sistema de trabalho informal. Cabe mencionar que tanto o primeiro quanto o segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizados pela Rede PENSSAN (Rede PENSSAN, 2021, 2022), evidenciaram que a insegurança alimentar grave aumentou em domicílios em que um dos moradores perdeu o emprego em decorrência da pandemia.

O consumo cada vez maior de alimentos processados e ultraprocessados tem implicações na saúde da população, o que pode ser compreendido considerando que a alimentação baseada no consumo de alimentos industrializados e baratos dificilmente apresenta elevado valor nutritivo, uma vez que são produtos ricos em açúcares, sódio e gordura. Além de associado ao crescimento da obesidade, esse tipo de alimentação aumenta, ainda, a propensão de desenvolvimento de uma série de doenças, como diabetes e hipertensão.

O prato base do brasileiro, composto por arroz e feijão, tornou-se mais caro no período da pandemia, ao passo que alimentos como macarrão instantâneo permanecem

custando um valor ínfimo, principalmente quando comparados aos preços de arroz, feijão, legumes e hortaliças. A isso se soma o fácil acesso da população de baixa renda a esses alimentos industrializados, no que podemos observar o cenário de vulnerabilidade e degradação alimentar intensificar-se. Isso fala não apenas sobre as tendências alimentares dessa camada da população, mas também sobre a gestão do governo federal frente à crise decorrente da pandemia de Covid-19. Desse modo, morre-se de fome e também pelo que a alimentação de baixa qualidade pode causar.

Ainda que a alimentação adequada e saudável seja direito básico, no atual cenário de crise tal direito não se realiza, expondo ao desamparo e catástrofe social justamente a parcela da população que historicamente foi atingida pela fome e desigualdade social e que, muitas vezes, não teve como cessar as atividades econômicas mesmo com o Auxílio Emergencial, programa criado pelo governo federal brasileiro destinado aos grupos sociais em vulnerabilidade social. Apesar de o Auxílio Emergencial representar instrumento provisório e de valor muito aquém do necessário para conter de forma efetiva os efeitos econômicos da crise, sua implementação representou medida importante no combate à insegurança alimentar.

Quando a pesquisa teve início, estávamos orientadas por duas hipóteses. A primeira, referente ao aumento no consumo de ultraprocessados; a segunda, a existência de mecanismos usados pela população na tentativa de, em seus lares, assegurar a alimentação do melhor modo possível. De

fato, diante do aumento de preços de gêneros alimentícios básicos, como arroz e feijão, e da ausência de políticas públicas voltadas a assegurar acesso a eles, a população precisou encontrar estratégias para a viabilização de seu consumo alimentar.

Através das conversas com Martha, foi possível notar algumas dessas estratégias, como o aumento de consumo de ovos em substituição a carnes vermelhas, por exemplo. Mas, ainda assim, os dados obtidos a campo mostravam-se insuficientes para afirmar a existência de insegurança alimentar nos arredores. Em primeiro lugar, porque apesar da substituição de carnes por ovos poder ser associada à existência de insegurança alimentar, esse dado não oferecia, por si, maior entendimento para analisar em que grau isso ocorria, o que provocou uma inflexão na inserção a campo, pois mostrava-se necessário buscar outros parâmetros além da visão da comerciante que, apesar de importante, não possibilitava uma visão mais abrangente.

Guiadas por essas questões metodológicas, passou-se a conversar com Olívia das Graças, pois já se havia notado que, desde o início da pandemia, sua horta caseira vinha se expandindo.

A primeira pergunta para Olívia foi a respeito de seus hábitos alimentares e as principais mudanças ocorridas na pandemia. A resposta foi espontânea. “Não mudou nada, eu continuo comendo as mesmas coisas”. A partir daí, a conversa foi conduzida sobre o que seriam essas “mesmas coisas” e suas escolhas. A diferença, segundo ela, foi na adaptação ocorrida, pois embora seguisse consumindo os

mesmos gêneros alimentícios de antes da pandemia – arroz, feijão, macarrão, frutas e vegetais –, alterou-se, na dieta de sua família, a quantidade consumida. Ainda, houve a *substituição* por marcas mais baratas. Esse tipo de mudança, a estratégia de troca de marcas, foi padrão observado junto a todas as interlocutoras da pesquisa, que, assim, buscavam reduzir o comprometimento da quantidade de alimentos consumidos.

Além disso, chama a atenção o fato dessa interlocutora possuir uma horta caseira, prática anterior à pandemia de Covid-19, mas que agora ganhou maior importância, viabilizando o consumo de legumes e verduras de sua família. Ainda que não sejam aqui trazidos dados mais detalhados a respeito de hortas caseiras, a observação da vizinhança permite afirmar que o cultivo de pequenas hortas caseiras tem tido maior ocorrência, o que pensamos estar entre as estratégias locais para fazer frente à insegurança alimentar decorrente das condições associadas à pandemia de Covid-19 e à redução da renda familiar.

Ultimamente, eu tenho consumido mais o que eu produzo na minha horta. Todos os anos eu renovo a minha hortinha. A horta me ajudou muito. Eu teria que consumir (legumes e verduras) de qualquer maneira. Fosse de mais ou fosse de menos, algum pouquinho eu teria que consumir, mas a horta me ajudou muito. (Olívia das Graças).

Outra estratégia recorrente observada é referente à *falta*, especialmente de legumes e verduras, os primeiros

itens a serem retirados da cesta de alimentos comprados, seguidos por carnes e derivados de leite, que, eventualmente, passam a ser consumidos apenas quando há uma *folga* no orçamento familiar. No quadro abaixo, é proposto um esquema ilustrativo dessa estratégia, a partir do que relata uma outra interlocutora da pesquisa, Maria. A *falta* é acionada quando a *substituição* não é suficiente para dar conta dos efeitos causados pela redução de renda, que compromete não apenas a alimentação, mas as demais despesas da família.

Figura 1 - Esquema ilustrativo de estratégia alimentar da interlocutora Maria

Alimentos de consumo regular:	Alimentos de consumo esporádico:	Alimentos de consumo quando há folga orçamentária:
Arroz Feijão Massas Pães (sobretudo caseiros)	Linguiça Salsichão Frango	Banana Brócolis Repolho Couve-flor Ovos

Fonte: Elaboração das autoras.

Para melhor contextualização do esquema apresentado acima, vale ter presente a renda mensal total da família de Maria, 950 reais, provenientes do trabalho informal de sua filha mais velha. Além de Maria e dessa filha, em sua casa moram suas duas filhas mais novas. Antes da

pandemia, duas das quatro moradoras trabalhavam. Sua filha mais velha, como cuidadora de idosos, trabalho que mantém até o presente. Maria perdeu seu emprego em janeiro de 2020, quando houve corte de gastos no estabelecimento em que trabalhava, na limpeza. Desde então, ela não conseguiu encontrar emprego. Quando indagada sobre os gastos relativos à alimentação da família antes da pandemia, satisfeita, Maria respondeu que então conseguia dividir seu salário entre as compras do mês e as demais despesas (luz, água etc). Antes da pandemia, as compras de abastecimento da casa eram feitas mensalmente no mercado e semanalmente na feira.

No que se refere ao Auxílio Emergencial, Maria não foi contemplada, mas sua filha sim. Conforme comentado por ela, enquanto o Auxílio foi vigente, esse recurso possibilitou maior segurança, sendo destinado às despesas da casa. Com o fim do Auxílio, a situação financeira ficou apertada, sendo reduzido o dinheiro destinado exclusivamente para a comida. Maria relatou que, antes desse período, a dieta familiar era variada e saudável, pois nela havia presença de muitos legumes, frutas, verduras, carnes e pouco consumo de ultraprocessados. Ela contou, ainda, que o consumo de ultraprocessados caiu bastante em sua família, pois apesar de serem itens mais baratos não são considerados comida por ela e as filhas que têm priorizado em suas compras, acima de tudo, o arroz e o feijão, sendo esse o prato de consumo cotidiano mais comum. A feira, antes realizada semanalmente, passou a ocorrer “de vez em quando” e sem ultrapassar gasto total da ordem de 30 reais. As compras em

mercado, antes feitas todo final de mês, tornaram-se mais espaçadas. Assim, passaram a ser selecionados a dedo quais produtos seriam colocados à mesa. Anteriormente, a família costumava gastar cerca de novecentos reais nas compras mensais, agora não podem passar de quinhentos reais, caso contrário as demais contas não serão pagas.

A insegurança alimentar é sentida pela interlocutora muito além do incômodo no estômago. Tal como apontado por Freitas (2003), a fome é muito mais do que um fenômeno meramente biológico, pois transcende o físico, o emocional e as condições socioeconômicas. Diante dos cortes orçamentários, Maria diz sentir-se impotente e com raiva. A insegurança do que virá a compor a dieta alimentar de sua família faz com que se sinta falhando com suas filhas. Ela relata que antes, quando podia prover a mesa e arcar com as demais despesas da casa, sentia-se contente, agora a sensação predominante é de desamparo.

Como já dito, quando a pesquisa teve início, tomamos como parâmetro os dados do primeiro Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021), que indicavam a associação entre o aumento da insegurança alimentar e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, tal como bolachas recheadas, salgadinhos, refrigerantes. E, como apontou Martha, o consumo desses itens efetivamente aumentou. No entanto, é também possível notar, a partir do diálogo com as interlocutoras, tentativas de redução do consumo desses produtos, restringindo-os a momentos específicos, de lazer ou associados a

comemorações. Como explica Eleni, esses são itens considerados dispensáveis, sendo consumidos apenas quando existe *folga* no orçamento familiar:

É muito raro essas coisas aqui em casa. Com a pandemia, a renda ficou muito apertada. É mais a alimentação básica. Hoje em dia, com a pandemia, não tem mais, mas antigamente tinha. Era possível abrir a dispensa e encontrar uma guloseima, um leite condensado, um doce, algo para fazer fora de hora. Hoje, se tu abrir minha dispensa, tem o básico: arroz, feijão e a massa. Quando sobra é que dá para comprar alguma coisa mais supérflua.

De acordo com essa interlocutora, esses itens, por não serem considerados comida, não precisam compor a dieta familiar de forma cotidiana. Eleni relatou que sua renda mensal corresponde a menos de um salário mínimo, não sendo suficiente para assegurar uma alimentação diversificada para si e para sua filha. É assim que se vê forçada a lidar com a dinâmica do *empurra-empurra*, isto é, fazer caber em seu orçamento todos os itens que considera indispensáveis na dieta, enquanto equilibra os demais gastos, priorizando outros também considerados essenciais. Em razão disso, ela muitas vezes se preocupa, receando que a comida acabe antes que tenha dinheiro para recompor a dispensa.

Além das estratégias já comentadas, também é possível notar, a partir dos depoimentos das interlocutoras, outros mecanismos voltados à manutenção de consumo e

acesso a alimentos. É o caso da procura por redes de solidariedade entre amigos, familiares e vizinhança, mas também junto ao chamado Terceiro Setor. A esse respeito, tivemos a oportunidade de conversar com Sandro Mesquita, coordenador geral da Central Única das Favelas (CUFA)⁴ de Pelotas, que relatou que, apesar do esforço das organizações sociais do terceiro setor e de a solidariedade ser aliada importante para redução dos efeitos da crise econômica e sanitária, não são suficientes para suprir as necessidades da população e, tampouco, acabar com o problema estrutural da fome, especialmente porque, ainda que as organizações sociais venham, desde o início da pandemia, mobilizando a doação de alimentos para quem precisa, as doações têm sido cada vez mais escassas. Até o momento da realização deste trabalho, em maio de 2022, a CUFA pelotense assistia a cerca de 500 famílias cadastradas para receber cestas básicas, sendo que, apesar da demanda crescente, novos cadastros deixaram de ser realizados.

Vale atentar para trecho de depoimento desse interlocutor, referente ao desamparo social a que estão submetidas as famílias cadastradas: “Tem o grão, mas não tem a proteína; tem a proteína, mas não tem o gás”. Sua fala evoca a falta e a substituição, estratégias usadas pelas interlocutoras, possibilitando o entendimento de que, além de conviver com a letalidade do vírus, a população tem lidado com retrocesso nas políticas públicas que incidem sobre a

segurança alimentar, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho. Isso em um quadro agravado pela gestão instável do governo brasileiro diante do controle e mitigação dos danos da crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19.

CONCLUSÕES

A comida transcende o ato de nutrir. Como mostrado ao longo deste trabalho, a comida demarca o meio social em que cada uma de nós está inserida e é capaz de revelar muito do que somos, nossa memória e identidade social (MINTZ, 2001), possibilitando, a partir da observação do que ingerimos, uma série de reflexões. Comida é afeto, é política e, acima de tudo, é direito.

Com a pandemia, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de debater a comida enquanto direito, visto que esse tem sido constantemente negligenciado pelo Estado. Nessa perspectiva, os dados apresentados pela Rede PENSSAN estão postos em um cenário em que a produção mundial de alimentos se encontra alta, maior inclusive do que o necessário para suprir a demanda da população, o que fortalece o entendimento de que o problema não está na disponibilidade de alimentos, mas sim na disparidade entre o que é produzido e quem tem acesso em quantidade e

⁴ Conforme o interlocutor, a CUFA é uma organização que atua em âmbito nacional, criada há 20 anos a partir da união de jovens de várias favelas, que procuravam espaço para expressar livremente ideias e formas de viver. As CUFA promovem atividades em áreas como cultura e cidadania, audiovisual, basquete de rua, literatura, entre muitos outros projetos sociais. Para saber mais, acessar: <http://cufa.org.br/>.

qualidade satisfatórias e suficientes, ou seja, nas desigualdades.

Destacamos ainda que o descaso a que a população tem sido relegada reflete diretamente a gestão e a atenção dada pelo Estado ao tema, evidenciado no desamparo descrito pelas interlocutoras desta pesquisa. Dessa maneira, recai sobre elas a responsabilidade de encontrar os meios necessários para a sobrevivência e a manutenção de seu direito à alimentação adequada e saudável, especialmente em um cenário de crise e gestão guiada por parâmetros estranhos à priorização do bem-estar da população. Nesse sentido, observa-se que, mesmo diante de uma dieta alimentar incerta, as interlocutoras desta pesquisa mantêm suas escolhas orientadas por alimentos que consideram seguros, e consumindo legumes e hortaliças “sempre que o orçamento familiar tem uma folga”. Consideramos, através dessas escolhas, que a comida alcança uma dimensão que vai muito além da nutrição do corpo, um quadro em que o ato de comer e a comida – ou a falta dela – evocam significados que superam a ingestão de nutrientes. Assim, *falta e substituição*, além de assinalarem marcadores socioeconômicos e culturais referentes ao contexto em que as interlocutoras estão inseridas, fornecem elementos para apreender as estratégias da população para, em tempos de pandemia de Covid-19, fazer frente à insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: Ortiz R. (org.) Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.
- CARDOSO, Letycia. *Na pandemia preço de botijão de gás teve alta de quase 50% no Brasil*. Extra. Rio de Janeiro. 12 fev. 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/na-pandemia-preco-de-botijao-de-gas-teve-alta-de-quase-50-no-brasil-25391089.html>. Acesso em: 14 novembro 2022.
- DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Letras Livres, 2012.
- FONSECA, Claudia. *O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”*. Teoria e Cultura, v. 2, n. 1 e 2, 2008, p. 39-53.
- FORAPANI, Gabriela. *Desertos alimentares: O que são e como influenciam na composição das dietas das famílias*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019, p.1-19.
- FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome*. Editora Fiocruz, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LAURINO, Talita. *Inflação: arroz e feijão ficaram 40% mais caros neste ano*. Metrópoles. Brasília. 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/inflacao-arroz-e-feijao-ficaram-40-mais-caros-neste-ano>. Acesso em: 14 novembro 2022.

MAGNANI, José G. C. *Da periferia ao centro: pedaços e trajetos*. Revista de Antropologia, v. 35, 1993, p. 191-203.

MAGNANI, José G. C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29.

MENASCHE, Renata. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, p. 27-28.

MINTZ, Sidney W. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 47, 200, p. 31-41.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever*. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2006, p.17-35.

OXFAM BRASIL. *O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PENSSAN, Rede. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

PENSSAN, Rede. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Gosto e deleite: construção e sentido de um menu elegante*. História: Questões & Debates, n. 42, 2005, p. 53-69.

RIZZOLO Anelise de. *Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável*. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 27, 2020, p. 1-10.

SCHAPPO, Sirlândia. *Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19*. SER Social, v. 23, n. 48, 2021, p. 28-52.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-47.